

INSTITUTO VALE DO CRÍCARÉ  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE ENFERMAGEM

ILMÁRIA PINHEIRO ADEODATO  
LUCIANA DE OLIVEIRA MIRANDA

**USO DE PLANTAS MEDICINAIS E A PRÁTICA DA FITOTERAPIA NO BRASIL  
REVISÃO INTEGRATIVA**

SÃO MATEUS  
2019

ILMÁRIA PINHEIRO ADEODATO  
LUCIANA DE OLIVEIRA MIRANDA

**USO DE PLANTAS MEDICINAIS E A PRÁTICA DA FITOTERAPIA NO BRASIL**  
**REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Enfermagem da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito para obtenção de Grau de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Esp. Núbia Namir Lara Lopes.

SÃO MATEUS

2019

ILMÁRIA PINHEIRO ADEODATO  
LUCIANA DE OLIVEIRA MIRANDA

**USO DE PLANTAS MEDICINAIS E A PRÁTICA DA FITOTERAPIA NO BRASIL  
REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Enfermagem da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Enfermagem.

Aprovado em 05 de dezembro de 2019

**BANCA EXAMINADORA**

---

**PROF. ESP. NÚBIA NAMIR LARA  
LOPES  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
ORIENTADORA**

---

**PROF. ESP. MILLENA ALVES  
BATISTA  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ**

---

**ENF. MSC. MARIANA ANDRADE  
DOS SANTOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO  
MATEUS**

SÃO MATEUS

2019

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos à Deus primeiramente, que nunca deixou que nós desistíssemos de nossos sonhos, por mais difíceis que se tornavam a cada dia.

A nossa amada família, amigos e filhos, que nunca mediram esforços para nos ajudar, a eles todo agradecimento. Amamos vocês e obrigada por tudo.

Agradecemos a nossa professora e orientadora, um exemplo de pessoa e profissional, que gostamos e admiramos muito. Obrigada pela paciência, amizade e dedicação, por cada palavra de incentivo. Nossos humildes e sinceros agradecimentos.

À Faculdade Vale do Cricaré pelo apoio na realização desta pesquisa.

“Não fui eu que ordenei a você? Seja Forte e Corajoso! Não se apavore nem desanime, pois, o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar”  
Josué 1.9

## RESUMO

A fitoterapia e o uso de plantas medicinais fazem parte da prática da medicina popular, constituindo um conjunto de saberes internalizados nos diversos usuários e praticantes. O presente trabalho teve por objetivo realizar uma revisão integrativa a respeito do uso de plantas medicinais e a prática da fitoterapia no Brasil e suas implicações na enfermagem. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo revisão integrativa de literatura. O método de levantamento bibliográfico baseou-se na busca de artigos de periódicos, teses, dissertações e capítulos de livros nacionais, indexados em bases eletrônicas, tais como: SciELO, Lilacs, Medline, BDENF e Biblioteca Virtual em Saúde, no período de 2009 a 2019, em português e com texto completo disponível. Foram selecionados seis artigos, cuja relevância se deu pela identificação com a utilização das plantas medicinais e fitoterápicos na saúde básica e a ligação com o conhecimento dos profissionais enfermeiros. Os mesmos foram lidos e tabulados de acordo com os critérios: procedência, título, periódico, objetivo/tema e resultados/considerações. A presente revisão integrativa, mostra que, no Brasil, a partir de 2006 as plantas medicinais foram legitimadas como parte do processo de cuidado na perspectiva de complementar as ações oficiais de cuidado em saúde. Concluiu-se, com os 6 artigos tabulados, que o saber popular vem alicerçando o conhecimento científico e as iniciativas governamentais, uma vez que grande parte da população faz uso de plantas medicinais no cuidado à saúde. Adicionalmente, foi possível observar que uso de terapias integrativas e complementares permite a aproximação do profissional com o paciente, possibilitando estimular maior participação do usuário no seu cuidado. No entanto, permanecem lacunas na formação acadêmica dos profissionais da saúde, pois conforme evidenciado, profissionais da área da saúde não tiveram contato suficiente com o tema plantas medicinais e/ou terapias complementares durante sua formação acadêmica. Apesar desta lacuna, a população segue utilizando plantas medicinais apenas do saber popular, ratificando o distanciamento entre a formação dos profissionais e a realidade da população.

Palavras-chave: fitoterapia; plantas medicinais; enfermagem e atenção primária à saúde.

## **ABSTRACT**

Phytotherapy and the use of medicinal plants are part of the popular practice of medicine. The present work aimed an integrative review about the use of medicinal plants and the practice of herbal medicine in Brazil and its implications in nursing. This is a descriptive, integrative literature review study. The method was a bibliographic survey based on search of articles from journals, theses, dissertations and chapters of national books, indexed in electronic bases, such as: SciELO, Lilacs, Medline, BDEF and Virtual Health Library, from 2009 to 2019, in Portuguese and with full text available. Six papers were selected, in accordance with their relevance about the use of medicinal plants and herbal medicines in basic health medical professionals, especially nurses. They were read and tabulated according to the requirements: procedure, title, journal, objective/theme and results/considerations. The present integrative review shows that, since 2006, in Brazil, medicinal plants have been legitimized as part of the process of treatment, in complementary perspective, as official health care actions. It was concluded that the popular wisdom has been supported by scientific knowledge and governmental initiatives, since a large part of the population makes use of medicinal plants. Additionally, it was possible to observe that the use of integrated and complementary therapies allows the approximation between professionals and patients, allowing to stimulate greater participation of the user in their care. However, gaps remain in the academic education of professional nurses, since healthcare professionals did not show to have sufficient contact with the topic of medicinal plants and/or complementary therapies during their academic education. Despite this gap, the population continues to use medicinal plants only as a popular wisdom, corroborating the lack of professional training and the reality of the population.

Keywords: phytotherapy; medicinal plants; nursing and primary health care.

## LISTA DE SIGLAS

ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

COFEN: Conselho Federal de Enfermagem

COFID: Coordenação de Medicamentos Fitoterápicos e Dinamizados

COMAFITO: Comissão Técnica e Multidisciplinar de Elaboração e Atualização da Relação Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

Lilacs: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

Medline: *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*

OMS: Organização Mundial de Saúde

PNPIC's: Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares

RDC: Resolução da Diretoria Colegiada

SUS: Sistema Único de Saúde

SciELO: *Scientific Electronic Library Online*

UBS: Unidade Básica de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>12</b>
2.1	USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS.....	12
2.2	PLANTAS MEDICINAIS <i>VERSUS</i> FITOTERÁPICOS .....	13
2.3	TOXICIDADE, INTERAÇÕES E CONTRAINDICAÇÕES .....	13
2.4	POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES .....	15
<b>3</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>17</b>
3.1	TIPO DE PESQUISA .....	17
3.2	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	17
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>24</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>25</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A fitoterapia e o uso de plantas medicinais fazem parte da prática da medicina popular, constituindo um conjunto de saberes internalizados nos diversos usuários e praticantes. Esta prática diminuiu frente ao processo de industrialização, ocorrido no país, nas décadas de 1940 e 1950. Trata-se de uma forma eficaz de atendimento primário a saúde, podendo complementar o tratamento usualmente empregado, para a população de menor renda (BRUNING; MOSEGUI; VIANA, 2012).

A realização segura desses atendimentos está vinculada ao conhecimento prévio do profissional de saúde sobre a terapêutica com fitoterápicos ou plantas medicinais. A orientação para uma utilização adequada, sem perda da efetividade dos princípios ativos localizados nas plantas e sem riscos de intoxicações por uso inadequado, é fundamental (BRUNING; MOSEGUI; VIANA, 2012).

A população que busca atendimento nas unidades básicas de saúde (UBS) também utiliza plantas medicinais com fins terapêuticos, muitas vezes desconhecendo a possível existência de efeitos tóxicos e contraindicações. Neste sentido, a enfermagem, assim como demais profissionais que compõem a equipe de saúde, precisam do conhecimento adequado para aplicar este modelo de cuidado na atenção primária. O crescimento do trabalho desenvolvido com plantas medicinais e fitoterápicos se apresenta como uma alternativa à referência biomédica de saúde, porém, ainda praticamente inexistente nos serviços de saúde tanto públicos como privados (BRUNING; MOSEGUI; VIANA, 2012; MENDES et al., 2019).

Observa-se, entretanto, um crescimento na utilização de fitoterápicos pela população brasileira. Dois fatores poderiam explicar este aumento, o primeiro seriam os avanços ocorridos na área científica, que permitiram o desenvolvimento de fitoterápicos reconhecidamente seguros e eficazes, o segundo é a crescente tendência de busca, pela população, por terapias menos agressivas destinadas ao atendimento primário à saúde (BRASIL, 2015).

Outro fato importante foi o advento da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC's), a partir da qual foi possível atender, sobretudo, a necessidade de se conhecer, apoiar, incorporar e implementar experiências que já vêm sendo desenvolvidas na rede pública de muitos municípios e estados, entre as quais se destacam aquelas no âmbito da medicina tradicional chinesa/acupuntura, da homeopatia, da fitoterapia, da medicina antroposófica e do termalismo/crenoterapia.

Esta política busca, portanto, concretizar tais prioridades, imprimindo-lhes a necessária segurança, eficácia e qualidade na perspectiva da integralidade da atenção à saúde no Brasil (BRASIL, 2015).

A equipe de saúde assiste o paciente e seus familiares nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), com um planejamento adequado de assistência, levando em conta fatores culturais e utilizando os recursos fitoterápicos existentes, pode-se melhorar o nível de saúde da população. Para isso, faz-se necessário um conhecimento por parte dos profissionais de saúde que atuam diretamente com os pacientes nas UBS, em relação às propriedades terapêuticas das plantas que são usadas por essa população. Conhecimentos técnicos, que vão desde o preparo para fins terapêuticos, indicações, cuidados e dosagem, e conhecimentos sobre a percepção quanto à relação saúde-doença são imprescindíveis (BRUNING; MOSEGUI; VIANA, 2012).

Apesar da enfermagem estar legalmente respaldada para trabalhar com Práticas Integrativas e Complementares, de acordo com a Resolução 290 de 2004 do Conselho Federal de Enfermagem a falta de conhecimento e o pouco respaldo para estudar o assunto entre os profissionais de saúde, fazem com que os mesmos não estimulem o uso de plantas medicinais e não tenham conhecimento para esclarecer as dúvidas da população, sobre o uso correto das plantas medicinais/fitoterápicos (COFEN, 2004; NUNES; MACIEL, 2017).

Diante do tema exposto, da sua relevância, da atualidade que tem se voltado cada vez mais para o uso de produtos naturais, diminuição da dependência dos medicamentos, surgiu a importância do tema, de saber como vêm sendo utilizada as plantas medicinais e a fitoterapia no Brasil e suas implicações para o bem-estar dos pacientes e a enfermagem.

Como têm sido o uso das plantas medicinais e a prática da fitoterapia no Brasil? Espera-se encontrar embasamento na literatura científica que respalde o uso das plantas medicinais e da fitoterapia no Brasil, assim como suas indicações e contraindicações e seu uso na enfermagem.

Tendo em vista o exposto, o presente trabalho tem por objetivo realizar uma revisão integrativa a respeito do uso de plantas medicinais e a prática da fitoterapia no Brasil e suas implicações na enfermagem.

A presente revisão integrativa começa com um referencial teórico, a respeito do uso de plantas medicinais, fitoterapia e a relação com a enfermagem. Em seguida é apresentado o método em que foi realizada a escolha dos artigos para compor a

discussão dos resultados. Por último, as considerações finais são apresentadas, juntamente com as referências citadas ao longo do texto.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS

A fitoterapia é uma terapêutica caracterizada pelo uso de plantas medicinais em suas diferentes formas farmacêuticas, sem a utilização de substâncias ativas isoladas, ainda que de origem vegetal. O uso de plantas medicinais na arte de curar é uma forma de tratamento de origens muito antigas, relacionada aos primórdios da medicina e fundamentada no acúmulo de informações por sucessivas gerações. Ao longo dos séculos, produtos de origem vegetal constituíram as bases para tratamento de diferentes doenças (BRASIL, 2015).

O emprego de plantas medicinais na recuperação da saúde tem evoluído ao longo dos tempos, desde as formas mais simples de tratamento local até a fabricação industrial de fitoterápicos. O Brasil é o país com a maior biodiversidade do planeta, estimada em torno de 20% do total de espécies vegetais existentes. Um dos problemas que se observa na atualidade é que as espécies vegetais nativas, já consagradas ou não, se encontram em risco de desaparecimento, devido à diminuição gradativa do seu habitat e ao extrativismo exploratório em alta escala tanto pelas empresas farmacêuticas quanto pela população em geral e raizeiros. Outro problema é em relação à dosagem e o consumo, aos cuidados com relação ao local de plantio, tipo de terra, época certa de coleta, secagem, armazenagem e forma de extrair o princípio ativo, que não são respeitados (NUNES; MACIEL, 2017; SINITOX, 2012).

A utilização de plantas medicinais e de produtos fitoterápicos está em expansão no Brasil e no mundo, o que tem impulsionado as empresas de medicamentos a investir em pesquisa de novos fármacos (BRANDÃO et al., 2009). Na atualidade, mais de 45% dos produtos farmacêuticos provêm de produtos naturais, como por exemplo, a pilocarpina do jaborandi (*Pilocarpus* spp.), o  $\alpha$ -bisabolol da candeia (*Eremanthus erythropappus*) e a rutina da favela (*Dimorphandra mollis Benth*) (BRANDÃO et al., 2009) e o alfavumoleno da erva-baleeira (*Cordia verbenaceae* (DC.)), que gerou o primeiro fitomedicamento brasileiro (Acheflan®, um anti-inflamatório), com comprovações de eficácia e segurança, são demonstrações de que há uma preocupação governamental e de que este mercado deve se profissionalizar nos próximos anos (BRASIL, 2015; BRASIL, 2016).

## 2.2 PLANTAS MEDICINAIS *VERSUS* FITOTERÁPICOS

Plantas medicinais e fitoterápicos não possuem o mesmo significado. Para a Organização Mundial da Saúde, todo vegetal que apresentar substâncias com fins terapêuticos ou que seja precursor de fármacos semissintéticos é definido como planta medicinal. Por outro lado, o processo de elaboração da planta para uma fórmula específica caracteriza um fitoterápico (BRUNING; MOSEGUI; VIANNA, 2012).

A prática secular e tradicional dos cuidados em saúde, baseados na utilização de plantas, está presente no cotidiano da população brasileira. Tais costumes não desaparecem mesmo com a adesão de instrumentos modernos da medicina e conservam-se nos dias atuais ao coexistirem com o sistema de saúde oficial (OLIVEIRA et al., 2017).

Com o advento dos medicamentos industrializados, em meados do século XX, a fitoterapia declinou. No entanto, o caráter técnico, os efeitos colaterais e a ausência de cura para algumas patologias têm manifestado o descontentamento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) em relação ao uso das terapias convencionais. Com isso, na atualidade, a utilização de plantas medicinais tem crescido, estando este fato relacionado ao custo elevado dos medicamentos industrializados, à dificuldade da população em obter assistência médica e à tendência ao uso de produtos naturais (OLIVEIRA et al., 2017).

## 2.3 TOXICIDADE, INTERAÇÕES E CONTRAINDICAÇÕES

A planta medicinal utilizada como medicamento é um produto estranho ao organismo humano (xenobiótico), nele introduzido com finalidades terapêuticas. No ponto de vista toxicológico, deve-se considerar que uma planta medicinal ou um fitoterápico não tem somente efeitos imediatos e facilmente correlacionados com a sua ingestão, mas, também, os efeitos que se instalam a longo prazo e de forma assintomática, como os carcinogênicos, hepatotóxicos e nefrotóxicos (BRASIL, 2016).

Durante a gravidez, estatisticamente, a exposição à planta é responsável por cerca de 1% das malformações fetais, apesar de parecer pequeno, os números totais são expressivos. Os efeitos mais preocupantes do uso indiscriminado de plantas medicinais para gestantes são os teratogênicos, embriotóxicos e abortivos, uma vez

que alguns constituintes da planta podem atravessar a placenta, chegar ao feto e gerar um desses efeitos (RODRIGUES et al., 2011).

Interação medicamentosa é o evento clínico em que o efeito de um medicamento é alterado pela presença de outro fármaco, de alimento, de bebida ou de algum agente químico. Constitui a principal causa de problemas relacionados a medicamentos. Portanto, é muito importante se informar sobre a utilização correta do medicamento com o médico ou farmacêutico (SILVEIRA; BANDEIRA; ARRAIS, 2009).

De acordo com Barnes, Anderson e Phillips (2012), o uso concomitante de plantas medicinais/fitoterápicos com outros medicamentos é uma grande preocupação dos profissionais da saúde, devido a importantes interações medicamentosas. O consumo de plantas medicinais/fitoterápicos tem sido estimulado com base no mito “se é natural não faz mal”. Porém, ao contrário do que se acredita, a ingestão pode causar diversas reações como intoxicações, enjoos, irritações, edemas (inchaços), agravamento de doenças e até o óbito. Os fitoterápicos devem seguir, como qualquer outro medicamento, todas as normas sanitárias e os cuidados para o seu uso, e devem possuir registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

A intoxicação por plantas medicinais é atualmente a terceira maior causa de intoxicações no Brasil. Diante disso, o Ministério da Saúde, de acordo com as preconizações da OMS, baixou Diretrizes, Resoluções e Portarias como a Portaria nº 971/2006 (PNPIC), a RDC nº 10, nº 14 e nº 17/2010, COFID, COMAFITO, dentre outras, para assegurar o consumo destas plantas medicinais/fitoterápicos no País (BRASIL, 2006; BRASIL, 2010).

Silveira, Bandeira e Arrais (2009) ainda alertam que alguns medicamentos alopáticos não devem ser tomados com as plantas medicinais/fitoterápicos, porque podem causar danos ao organismo. Além disso, os chás em geral diminuem os movimentos do estômago, o que pode interferir no processo de absorção do remédio, como por exemplo, o uso de medicamentos à base de Hipérico/Erva-de-São-João (*Hypericum perforatum* L.) junto a anticoncepcionais pode diminuir sua atividade favorecendo a ocorrência de gravidez indesejada. O uso de Ginkgo (*Ginkgo biloba* L.) junto à varfarina ou ácido acetil salicílico pode aumentar o efeito anticoagulante destes medicamentos, favorecendo a ocorrência de hemorragias.

Alguns cuidados com o uso das plantas medicinais/fitoterápicos são fundamentais para obter um bom resultado. Utilizar sempre plantas identificadas

corretamente; nunca coletar plantas medicinais junto a locais que possam ter recebido agrotóxicos, próximo a lixos ou fossas; as plantas medicinais devem ser secas à sombra; não armazenar por um longo período, pois podem perder os seus efeitos; evite misturar as espécies, a combinação entre elas pode resultar em efeitos imprevisíveis; não utilize durante a gravidez, a não ser sob orientação médica; evite utilizar chás laxantes ou diuréticos para emagrecer (SINITOX, 2012; SILVEIRA; BANDEIRA; ARRAIS, 2009).

O uso racional de medicamentos eficazes, seguros e de qualidade, está pautado no processo que compreende a prescrição apropriada, disponibilidade e preços acessíveis, dispensação em condições adequadas, consumo nas doses indicadas, em intervalos definidos e no período de tempo indicado. Entretanto, devido à morosidade do sistema de saúde, aliado aos fatores como baixo poder aquisitivo, falta de programas educativos em saúde para a população em geral, além de outros aspectos, levam as pessoas a praticarem a automedicação (SILVEIRA; BANDEIRA; ARRAIS, 2009).

Profissionais de saúde precisam ser mais bem preparados pelas instituições formadoras para fornecerem suporte comunitário no uso de plantas medicinais/fitoterápicos, propiciando melhoria da saúde com produtos de baixo custo e resgatando valores da cultura popular. Para tanto, deve-se contar com o apoio dos gestores públicos para implantação e manutenção de programas locais, com participação de profissionais e agentes comunitários em integração com a comunidade.

## 2.4 POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

No cumprimento de suas atribuições de coordenação do Sistema Único de Saúde e de estabelecimento de políticas para garantir a integralidade na atenção à saúde, o Ministério da Saúde desenvolveu a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, cuja implementação envolve justificativas de natureza política, técnica, econômica, social e cultural. Esta política atende, sobretudo, à necessidade de se conhecer, apoiar, incorporar e implementar experiências que já vêm sendo desenvolvidas na rede pública de muitos municípios e estados, entre as quais se destacam aquelas no âmbito da medicina tradicional chinesa/acupuntura, da

homeopatia, da fitoterapia, da medicina antroposófica e do termalismo/crenoterapia (BRASIL, 2015).

O campo da PNPIC contempla sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos, os quais são também denominados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de medicina tradicional e complementar/alternativa (MT/MCA). Tais sistemas e recursos envolvem abordagens que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade. (BRASIL, 2015).

A OMS destaca a necessidade de valorizar a utilização de plantas medicinais no âmbito sanitário, levando em conta que 80% da população mundial utiliza essas plantas ou preparações destas no que se refere à Atenção Primária à Saúde. O Brasil possui grande potencial para o desenvolvimento dessa terapêutica, como a maior diversidade vegetal do mundo, ampla sociodiversidade, uso de plantas medicinais vinculado ao conhecimento tradicional e tecnologia para validar cientificamente esse conhecimento (BRASIL, 2016).

Atualmente, existem programas estaduais e municipais de fitoterapia. Por sua vez, no âmbito federal, o Ministério da Saúde realizou, em 2001, o fórum para formulação de uma proposta de Política Nacional de Plantas Mediciniais e Medicamentos Fitoterápicos, do qual participaram diferentes segmentos, levando em conta, em especial, a intersetorialidade envolvida na cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos. Em 2003, o Ministério promoveu o Seminário Nacional de Plantas Mediciniais, Fitoterápicos e Assistência Farmacêutica. Ambas as iniciativas aportaram contribuições importantes para a formulação desta política nacional, como concretização de uma etapa para elaboração da Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos (BRASIL, 2015).

O objetivo da Política e Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos é garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional. Esta política propõe a ampliação das opções terapêuticas e melhoria da atenção à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2016).

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo revisão integrativa de literatura.

Uma revisão integrativa, consiste em uma abordagem metodológica, com a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do estudo analisado. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular. A revisão integrativa deve gerar um panorama consistente e compreensível de conceitos complexos, teorias ou problemas de saúde relevantes para a enfermagem (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

#### 3.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Este trabalho foi dividido em três etapas. Na primeira, foi realizada uma revisão científica da literatura. O método de levantamento bibliográfico baseou-se na busca de artigos de periódicos, teses, dissertações e capítulos de livros nacionais, indexados em bases eletrônicas, tais como: SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Lilacs, Medline, BDEF e Biblioteca Virtual em Saúde, no período de 2009 a 2019, em português e com texto completo disponível. As seguintes palavras-chave foram empregadas como base de pesquisa: fitoterapia, plantas medicinais, enfermagem e atenção primária à saúde.

A primeira busca foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde, a qual abrange diversas bases eletrônicas. Do primeiro descritor utilizado, fitoterapia, obtiveram-se 307 somente na base Lilacs. Na base SciELO, os descritores enfermagem e fitoterapia geraram 17 artigos encontrados. Primeiramente, selecionou-se os artigos por meio da leitura do título. Em seguida, a partir da leitura do resumo, selecionaram-se 6 artigos considerados relevantes para a presente revisão integrativa. Somente se considerou os artigos nos quais fosse possível a identificação com a utilização das plantas medicinais e fitoterápicos na saúde básica e a ligação com o conhecimento dos profissionais de saúde, especialmente enfermeiros.

Na segunda etapa, os artigos selecionados foram lidos e tabulados de acordo com os critérios: procedência, título, periódico, objetivo/tema e resultados/considerações. Por fim foram realizadas as análises dos dados com relação ao objetivo proposto para esta revisão integrativa.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Uma revisão integrativa é indispensável não somente para definir um problema, mas também para obter uma ideia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um determinado tema, envolvendo a localização, análise, sintetização e investigação prévia de revistas científicas, livros, resumos, teses, etc., relacionada com a área de estudo pesquisada com uma análise bibliográfica pormenorizada, referente aos trabalhos já publicados sobre o tema (NUNES; MACIEL, 2017).

A amostra final desta revisão foi constituída por seis artigos científicos, selecionados pelos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Destes, quatro foram encontrados na base de dados Lilacs e dois na SciELO. Após a seleção dos artigos, foi aplicado um instrumento para avaliação dos dados, onde foram registradas as seguintes informações dos artigos científicos: base ou procedência, título, autores, objetivo ou tema, resultados e considerações finais. Os resultados encontrados são observados na Tabela 1, visando à síntese e comparação dos dados.

**Tabela 1:** Artigos levantados como resultados da pesquisa sobre fitoterapia e enfermagem.

Base	Título	Autores	Objetivo/Tema	Resultados e Considerações
SciELO	Plantas medicinais e* fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais.	Mattos et al. (2018)	Avaliar o perfil de prescrição/sugestão e credibilidade no uso de plantas medicinais e fitoterápicos como terapia complementar entre profissionais, dentre eles 40 enfermeiros, da Estratégia Saúde da Família do município de Blumenau.	O município de Blumenau não implementou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em sua integralidade, pois somente a acupuntura é oferecida no nível secundário. Apesar dos profissionais serem experientes, a maioria deles desconhece a PNPIC e a existência de plantas medicinais e fitoterápicos compoendo a RENAME. Os profissionais concordam com a iniciativa do Ministério da Saúde, acreditam no efeito terapêutico das plantas, porém, não as prescrevem por falta de conhecimento.
SciELO	Uso de terapias integrativas e complementares por pacientes em quimioterapia.	Lima et al. (2015)	Estudo qualitativo, com o objetivo de conhecer as terapias integrativas e complementares utilizadas por seis pacientes em quimioterapia oncológica. Os dados foram coletados por meio de entrevista, em um serviço de oncologia do sul do Rio Grande do Sul, Brasil.	Terapias como a homeopatia, a fitoterapia e as plantas medicinais aumentam a sensação de bem-estar e permitem a aproximação do profissional enfermeiro com o paciente.
Lilacs	Fitoterapia na atenção básica: estudo com profissionais enfermeiros.	Oliveira et al. (2017)	Investigar a compreensão de enfermeiros sobre a Fitoterapia e averiguar as estratégias necessárias para a consolidação desta prática na Atenção Básica. Pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, realizada com 10 enfermeiros nas unidades de Saúde da Família em João Pessoa, Paraíba.	O estudo comprova a falta de compreensão dos enfermeiros acerca da Fitoterapia e de suas políticas, assim como estratégias necessárias para a consolidação desta na Atenção Básica.

**Tabela 1:** Artigos levantados como resultados da pesquisa sobre fitoterapia e enfermagem.

Continuação.

<b>Base</b>	<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Objetivo/Tema</b>	<b>Resultados e Considerações</b>
Lilacs	Benefícios das práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem	Mendes et al. (2019)	Revisão integrativa com o objetivo de caracterizar os benefícios das práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem.	Entre os benefícios das práticas integrativas foi evidenciado o relaxamento e bem-estar, alívio da dor e da ansiedade, diminuição de sinais e sintomas de doenças, estimula o contato profissional-paciente, redução do uso de medicamentos, fortalecimento do sistema imunológico, melhoria da qualidade de vida e diminuição de reações adversas. É preciso protagonismo e preparo da enfermagem para a implementação diária das PIC's, qualificando as práticas assistenciais e reduzindo os custos hospitalares.
Lilacs	O conhecimento de discentes de enfermagem sobre uso de plantas medicinais como terapia complementar	Badke et al. (2017)	Investigar o conhecimento de discentes de enfermagem sobre o uso de plantas medicinais como terapia complementar no cuidado da saúde. Métodos: Pesquisa qualitativa, realizada por meio de entrevista semiestruturada com oito acadêmicos de enfermagem.	O conhecimento dos discentes referente ao uso de plantas medicinais é de origem popular. Observou-se a insegurança que os graduandos possuem frente à atuação como futuros profissionais nas orientações referentes ao uso das plantas medicinais, apontando a necessidade de avançar no ensino de enfermagem.
Lilacs BDENF	Uso de plantas medicinais por idosos da atenção primária	Szerwieski et al. (2017)	Verificar o uso de plantas medicinais por idosos usuários da atenção primária	Os resultados evidenciaram que 72,2 % dos idosos utilizam plantas, entre as mais citadas destacam-se a Hortelã, Cidreira, Boldo e Alecrim. Ressalta-se a importância de uma orientação correta quanto às toxicidades de algumas plantas, bem como seus benefícios, e a importância do enfermeiro neste contexto já que atua como um promotor da saúde.

De modo geral, as terapias integrativas e complementares nominadas neste estudo propiciaram aos pacientes maior bem-estar, acrescido do senso de autonomia quanto aos processos decisórios sobre seu plano de cuidados. Identificou-se, ainda, um maior estreitamento de laços entre pacientes e profissionais da saúde, especialmente enfermeiros (LIMA et al., 2015).

Outro ponto relevante dos achados foi o reconhecimento de que os saberes populares adquiridos em comunidade se aproximavam dos conhecimentos científicos (SZERWIESKI et al. 2017). Os sujeitos do estudo relataram ter consciência quanto aos riscos do uso inadequado de plantas medicinais, pois conseguiram refletir quanto ao que é exposto pela mídia. Ressalta-se que cada vez mais informações e sugestões de tratamentos são disponibilizadas pelos meios de comunicação, fato que acarreta aos profissionais de saúde a necessidade de atualização e aprofundamento teórico frente à temática relativa às terapias complementares.

Lima e colaboradores (2015) ainda apontam que pacientes oncológicos em tratamento quimioterápico vêm buscando nas terapias complementares uma perspectiva diferenciada que os auxilie no enfrentamento desta patologia. Os resultados encontrados por estes autores encontram-se em conformidade com o que a literatura vem apontando no que tange aos benefícios e aos receios que permeiam o uso das terapias alternativas e complementares.

Oliveira e colaboradores (2017) enfatizam que o profissional de enfermagem deve ser um agente ativo na obtenção de assistência médica pela população. Considerando a visão holística do cuidado de enfermagem, associada às Práticas Complementares, a fim de exercer um papel importante na sua aplicabilidade, existe a necessidade da ampliação do conhecimento destes profissionais, assim como a discussão da temática a nível acadêmico e a produção de pesquisas na área, o que substanciará a troca de informações com os usuários de maneira correta e construtiva.

Badke e colaboradores (2017) observaram que os discentes de enfermagem entrevistados acreditam na eficácia das plantas medicinais por meio das vivências e trocas de informações com seus familiares, que ocorre principalmente com as mães e avós, evidenciando a permanência da figura feminina no cuidado da saúde. O estudo também destaca a fragilidade nos currículos de graduação de enfermagem, que ainda estão muito focados no modelo biomédico, comprometendo a formação integral dos discentes. Com o ensino dissociado da realidade da população, o discente e futuro profissional de enfermagem tende a desvalorizar conhecimento popular no uso das

plantas medicinais, o que prejudica a autonomia do usuário no cuidado à saúde. Ainda neste estudo, fica comprovada a insegurança dos acadêmicos ao orientar o uso de plantas medicinais, evidenciando a falta de fundamentação científica. Deste modo, é importante que a academia dê suporte sobre todo o processo que abrange o cuidado com as plantas do plantio ao consumo. É preciso aproximar conhecimento científico e popular. Esta congruência é essencial e necessária para retirar a plantas medicinais da margem da cientificidade reconhecida pelo modelo biomédico. Ambos os saberes se somam quando se aspira à promoção da saúde e à integralidade do cuidado.

Todos os estudos citados na Tabela 1 destacam a importância das plantas medicinais como forma terapêutica no cuidado à saúde do sujeito, diante do qual o enfermeiro possui papel importante. Cabe ao Enfermeiro uma escuta acolhedora, que perceba a realidade de cuidado integral deste sujeito, bem como procurando atualizar-se acerca da correta utilização das plantas medicinais. O cuidado de enfermagem, bem como dos demais profissionais de saúde, poderá ser beneficiado ao conhecer ou reconhecer a utilização das plantas por pessoas assistidas. Por isso sugere-se uma melhor eficiência no estudo base, conhecimento científico adquirido na graduação, juntamente com a bagagem do saber popular.

## 5 CONCLUSÃO

O advento das comprovações científicas e a implantação de políticas públicas, no âmbito do SUS, atrelados às práticas milenares que perduram até os dias atuais, revelam e confirmam a magnitude da fitoterapia, cujo propósito primordial é promover e recuperar a saúde da população em geral, mais especificamente, no âmbito da atenção básica. No que concerne à compreensão do profissional de enfermagem, acerca da fitoterapia na atenção básica, observou-se no presente estudo a falta de entendimento desta, revelando uma deficiência na formação profissional que visa à prestação de uma assistência integral à população, pautada na promoção da qualidade de vida.

A criação da PNPIC emergiu como uma estratégia, pelo Ministério da Saúde, para implantar, incentivar e difundir o conhecimento da fitoterapia no cuidado à saúde. Tais políticas também foram desconhecidas por profissionais da área da saúde ou discentes de enfermagem no presente estudo, o que enfatizou mais ainda o despreparo do profissional enfermeiro, seja na graduação, pós-graduação ou pela falta de cursos de capacitação e especialização. Vale ressaltar que poucos profissionais relataram total conhecimento das propriedades curativas das plantas medicinais. Alguns demonstraram não saber sobre a autonomia do enfermeiro em prescrever fitoterápicos.

Desse modo, espera-se que este estudo possibilite novas reflexões e uma maior investigação acerca da utilização da fitoterapia no cenário da Atenção básica com o objetivo de integralizar e, assim, efetivar a assistência de enfermagem. Faz-se necessário protagonismo e empoderamento da enfermagem em relação à utilização das PIC's em suas práticas assistenciais, porém, para isto são necessários a profissionalização e o conhecimento acerca das mesmas em seu contexto de trabalho, promovendo assim autonomia dos pacientes e redução dos custos do SUS.

## REFERÊNCIAS

BADKE, M. R. et al. O conhecimento de discentes de enfermagem sobre o uso de plantas medicinais como terapia complementar. **Revista de pesquisa: cuidado é fundamental online**, v. 9, n. 2, p.459-465, 2017.

BARNES, J.; ANDERSON, L. A.; PHILLIPS, J. D. **Fitoterápicos**. 3ª ed. Artmed, Porto Alegre: 2012.

BRANDÃO, M. G. L.; COSENZA, G. P.; STANISLAU, A. M.; FERNANDES, G. W. *Influence of Brazilian herbal regulations on the use and conservation of native medicinal plants*. **Environmental Monitoring and Assessment**, v. 164, n. 1/4, p. 366-77, 2009.

BRUNING, M. C. R.; MOSEGUI, G.B.G; VIANNA, C. M. M. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu - Paraná: a visão dos profissionais de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 2675-2685, 2012.

COFEN. Resolução COFEN nº 290/2004 – revogada pela resolução COFEN nº 389/2011. **Conselho Federal de Enfermagem**, 2004. Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-2902004-revogada-pela-resoluo-cofen-n-3892011\\_4326.html](http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-2902004-revogada-pela-resoluo-cofen-n-3892011_4326.html)>. Acesso em: 15 nov. 2019.

LIMA, J. F. et al. Uso de terapias integrativas e complementares por pacientes em quimioterapia. **Avances En Enfermería**, v. 33, n. 3, p.372-380, 2015.

LOPES, M.A. et al. Estudo das plantas medicinais, utilizadas pelos pacientes atendidos no programa “Estratégia saúde da família” em Maringá/PR/Brasil. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 17, n. 41, p.702-706, 2015.

MATTOS, G. et al. Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 11, p.3735-3744, 2018.

MENDES, D. S. et al. Benefícios das práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem. **Journal Health Npeps**, v. 4, n. 1, p. 302-318, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006, Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde, **Diário Oficial da União**, Brasília: 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução - RDC nº 10, de 9 de março de 2010, Dispõe sobre a notificação de drogas vegetais junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília: 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. PNPIC: Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, **Diário Oficial da União**, Brasília: 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, **Diário Oficial da União**, Brasília: 2016.

NUNES, J. D.; MACIEL, M. V. A importância da informação do profissional de enfermagem sobre o cuidado no uso das plantas medicinais: uma revisão de literatura. **Revista Fitos**, v. 10, n. 4, p. 518-525, 2017.

OLIVEIRA, A. F. P. et al. Fitoterapia na atenção básica: estudo com profissionais enfermeiros. **Revista de pesquisa: cuidado é fundamental online**, v. 9, n. 2, p. 480-487, 2017.

RODRIGUES, H.G.; MEIRELES, C.G.; LIMA, J.T.S.; TOLEDO, G.P.; CARDOSO, J.L.; GOMES. Efeito embriotóxico, teratogênico e abortivo de plantas medicinais. **Revista Brasileira Plantas Mediciniais**, v.13, n.3. p. 359-366, 2011.

SILVEIRA, P. F.; BANDEIRA, M. A. M.; ARRAIS, P. S. D. Farmacovigilância e reações adversas às plantas medicinais e fitoterápicos: uma realidade. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 18, n. 4, p. 618-626, 2009.

SINITOX (Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas). Registros de Intoxicações: dados nacionais, 2012. Disponível em < <https://sinitox.icict.fiocruz.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer? **Einstein**, v. 8, p. 106, 2010.

SZERWIESKI, L. L. D. et al. Uso de plantas medicinais por idosos da atenção primária. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ree.v19.42009>>. Acesso em: 18 nov. 2019.